

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Regras Gerais sobre o Processo Judicial Previdenciário	17
1. Competência jurisdicional	17
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal	17
1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual	20
1.3. Competência estadual por delegação	38
2. Legitimidade ativa e passiva <i>ad causam</i> e formação de litisconsórcio	47
3. As prerrogativas do inss em juízo	54
4. O prévio requerimento administrativo e as ações judiciais e a reafirmação judicial da data de entrada do requerimento	71
5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação	122
6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários	124
7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações	132
8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias	135
9. Ação civil pública previdenciária	145
9.1. Listagem das ações civis públicas previdenciárias e assistenciais	152
10. Intervenção do Ministério Público	198
11. Custas processuais	199
12. Coisa julgada nas lides previdenciárias	200
13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários	207
14. Perícia judicial nas causas previdenciárias	229
14.1. Regras gerais	229

14.2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).....	241
14.3. Quesitação em perícia previdenciária	248
15. Pedido nas ações previdenciárias.....	256
16. Recurso especial e repetitivo.....	260
17. recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo	268
18. Ação rescisória previdenciária.....	271
19. Fase de execução nas ações previdenciárias	279
20. SUcessão processual em caso de morte do autor	291
21. Regras de prescrição e decadência nos benefícios previdenciários.....	301
21.1. Prescrição quinquenal	303
21.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários.....	343
21.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário.....	378
21.4. Ampliação das situações de decadência pela Lei 13.846/2019	381
22. Mandado de segurança em matéria previdenciária.....	388

Capítulo 2 – Regras Específicas sobre o Procedimento dos Juizados Especiais Federais

403

1. Microssistema jurídico com aplicação supletiva do Código de Processo Civil de 2015	403
2. Critérios de competência: valor da causa e OUTROS.....	409
3. Propositura da ação e sua desistência.....	427
4. Assistência judiciária gratuita.....	431
5. O INSS e os seus representantes judiciais	432
6. Citação e contestação.....	433
7. Abolição de algumas prerrogativas do poder público em juízo.....	435
8. Vedação à intervenção de terceiros.....	439
9. Contagem dos prazos.....	439
10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	440
11. Conciliação.....	447
12. Prova pericial	457
13. Tutela provisória e efeitos da sua revogação	461
14. Custas processuais e honorários advocatícios	481
15. Sentença.....	482

16. Embargos de declaração	484
17. Procedimento na turma recursal (recurso inominado, mandado de segurança, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração)	494
18. Procedimento na turma regional e na Turma Nacional de Uniformização (incidentes de uniformização, agravo regimental, embargos de declaração e reclamação)	513
19. Procedimento no STJ (incidente, agravo e embargos de declaração)	546
20. Procedimento no STF (recurso extraordinário, agravo e embargos de declaração) ...	552
21. Coisa julgada.....	555
22. Fase de execução.....	564
23. Tabela prática dos prazos nos juizados especiais federais.....	571

Capítulo 3 – Atos Processuais das Partes, dos Julgadores e de seus Auxiliares no Rito do JEF

573

1. Petição inicial e termo de pedido	573
1.1. Atermação para a concessão ou restabelecimento de benefício por incapacidade laborativa	574
1.2. Atermação para a concessão de aposentadoria por idade ao segurado especial	578
1.3. Atermação para o reconhecimento de tempo de contribuição especial e aposentadoria especial.....	580
1.4. Atermação para a concessão do BPC/Loas à pessoa idosa ou deficiente...	582
1.5. Atermação para a concessão de pensão por morte para companheiro(a).	586
2. Despacho saneador	587
3. Despacho de recebimento inicial e designação de audiência	588
4. Despacho de recebimento inicial com designação de perícia e citação	589
5. Decisão que posterga a apreciação de tutela de urgência	590
6. Decisão denegatória de tutela de urgência.....	590
7. Decisão concessória de tutela de urgência.....	591
8. Embargos de declaração contra decisão interlocutória.....	592
9. Decisão que julga embargos de declaração contra decisão interlocutória	593
10. Decisão declinatória de competência	593
11. Contestação do inss e instrução pelos sistemas plenus e CNIS	595
11.1. Contestação – Pensão por morte negada por ausência de prova da qualidade de companheiro(a).....	609
11.2. Contestação – Aposentadoria por idade do segurado especial.....	619

11.3. Contestação – Benefício de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS)	625
11.4. Contestação – Aposentadoria por tempo de contribuição do deficiente...	638
12. Decisão designatória de perícia médica	650
13. Decisão designatória de perícia social com apresentação de quesitação	652
14. Petição com apresentação de quesitos	653
15. Laudo pericial médico de benefício por incapacidade laboral.....	654
16. Laudo pericial médico do benefício assistencial de salário-mínimo do deficiente.....	660
17. Laudo de perícia social do benefício assistencial de salário-mínimo do deficiente e pessoa idosa carente.....	662
18. Formulário de cálculos (parâmetros)	665
19. Planilha de cálculos elaborada pela contadoria da vara.....	666
20. Decisão designatória de audiência.....	667
21. Decisão de intimação do ministério público federal.....	668
22. Parecer do ministério público federal.....	668
23. Ata de audiência com conclusão	669
24. Ata de audiência com sentença	670
25. Sentença terminativa (sem análise de mérito)	671
26. Sentença definitiva (com análise de mérito).....	672
27. Embargos de declaração contra a sentença.....	682
28. Contrarrazões aos embargos de declaração contra a sentença	683
29. Decisão dos embargos de declaração contra a sentença.....	683
30. Informação de implantação de benefício da AADJ	685
31. Petição do INSS de dispensa de recurso inominado	687
32. Recurso inominado contra a sentença definitiva.....	688
33. Recurso inominado contra a sentença definitiva com pedido de efeito suspensivo ao relator.....	690
34. Despacho que encaminha recurso inominado contra a sentença	691
35. Contrarrazões ao recurso inominado contra a sentença	692
36. Mandado de segurança contra sentença terminativa	693
37. Despacho de conversão em diligência do relator na turma recursal.....	696
38. Julgamento monocrático do relator na turma recursal	696
39. Agravo regimental contra decisão monocrática na turma recursal	698
40. Acórdão da turma recursal	702

41. Acórdão de adequação da turma recursal.....	704
42. Acórdão da turma recursal que julga prejudicado incidente de uniformização suspenso	710
43. Embargos de declaração contra acórdão da turma recursal.....	712
44. Decisão da turma recursal que julga embargos de declaração.....	714
45. Incidente de uniformização para a turma regional de uniformização.....	715
46. Contrarrazões ao incidente de uniformização para a turma regional de uniformização.....	733
47. Decisão da turma recursal que inadmite o incidente para a turma regional de uniformização.....	736
48. Agravo para destrancar incidente para a turma regional.....	737
49. Julgamento do agravo pela turma regional de uniformização para destrancar incidente	741
50. Decisão de inadmissão monocrática do relator do incidente de uniformização na turma regional.....	743
51. Agravo regimental contra inadmissão monocrática da turma regional	745
52. Decisão da turma regional que julga agravo regimental contra inadmissão do incidente pelo relator	746
53. Acórdão da turma regional.....	748
54. Decisão da turma regional que julga embargos de declaração	754
55. Incidente de uniformização para a turma nacional.....	759
56. Contrarrazões ao incidente de uniformização para a TNU	770
57. Decisão do presidente da turma recursal que inadmite o incidente para a TNU	772
58. Agravo para destrancar incidente para a TNU	775
59. Decisão da turma recursal de sobrestamento do incidente para a TNU	777
60. Julgamento monocrático do relator na Turma Nacional	777
61. Agravo regimental contra julgamento monocrático do relator na Turma Nacional.....	781
62. Decisão de inadmissão monocrática do relator do incidente de uniformização na Turma Nacional.....	782
63. Agravo regimental contra inadmissão monocrática da Turma Nacional.....	783
64. Decisão da Turma Nacional que julga agravo regimental contra inadmissão do incidente pelo relator	784
65. Decisão irrecurável do presidente da Turma Nacional	795
66. Acórdão da Turma Nacional.....	799
67. Acórdão da Turma Nacional em julgamento de incidente representativo de controvérsia.....	802

68. Decisão da turma nacional que julga embargos de declaração.....	810
69. Incidente de uniformização de jurisprudência para o STJ	815
70. Contrarrazões ao incidente de uniformização para o STJ.....	819
71. Decisão do presidente da TNU que inadmite o incidente para o STJ.....	821
72. Petição para destrancar incidente para o STJ inadmitido pelo presidente da TNU	822
73. Indeferimento monocrático do relator no STJ do incidente de uniformização ...	824
74. Agravo interno contra indeferimento monocrático do incidente proferido pelo relator no STJ	827
75. Decisão do relator da 1ª seção do STJ que admitiu o incidente e determinou liminarmente o sobrestamento nacional de todos os processos com idêntica controvérsia.....	828
76. Decisão da 1ª seção do STJ que apreciou o agravo regimental contra a decisão de inadmissão do incidente proferida pelo relator	835
77. Acórdão da 1ª seção do ATJ julgando o mérito do incidente de uniformização de jurisprudência.....	836
78. Recurso extraordinário.....	838
79. Contrarrazões ao recurso extraordinário.....	860
80. Decisão que inadmite o recurso extraordinário.....	862
81. Agravo para destrancar o recurso extraordinário.....	863
82. Decisão do STF que julga agravo para destrancar recurso extraordinário.....	867
83. Decisão do STF dando provimento à reclamação contra inadmissão de agravo para destrancar recurso extraordinário.....	868
84. Acórdão do STF em recurso extraordinário.....	872
85. Reclamação para a turma nacional de uniformização	876
86. Decisão da TNU julgando reclamação.....	879
87. Despacho de intimação de cálculos na execução.....	881
88. Impugnação aos cálculos na execução	881
89. Decisão do incidente na execução	882
90. Mandado de segurança como sucedâneo recursal na execução	883
91. Decisão liminar do relator da turma recursal em mandado de segurança na execução	888
92. Decisão colegiada da turma recursal em mandado de segurança na execução....	890
93. Requisição de pequeno valor – RPV	892
94. Certificação de coisa julgada e arquivamento	894

Apêndices

PARTE 1 – Súmulas Previdenciárias das Turmas Regionais e Turmas Recursais.....	896
1. TRU DA 2ª Região	898
2. Súmulas previdenciárias das Turmas Recursais dos Estados que compõem a 2ª Região	900
3. TRU DA 4ª Região	914
4. Súmulas previdenciárias das Turmas Recursais dos Estados que compõem a 4ª Região	914
PARTE 2 – Questões de Ordem da TNU	925
PARTE 3 – Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 586/2019)	936
PARTE 4 – Regimentos Regionais e Locais.....	956
1. Regimento Interno da TR e TRU 1ª Região.....	956
2. Regimento Interno da TRU 2ª Região E Regimento Interno TR'S 2ª Região	989
3. Regimento Interno – TR e TRU 3ª Região.....	1020
4. Regimento Interno – TR e TRU 4ª Região.....	1044
PARTE 5 – Atos dos Tribunais Regionais Federais – Competência Delegada	1063
1. Anexos Portaria Presi TRF 1 9507568/2019.....	1063
1.1. Anexo I Portaria Presi TRF 1 9507568/2019 – Lista das Comarcas Estaduais localizadas na área de jurisdição da 1ª Região com competência federal delegada	1063
1.2. Anexo II Portaria Presi TRF 1 9507568/2019 – Lista das Comarcas Estaduais localizadas na área de jurisdição da 1ª Região que deixaram de possuir competência delegada federal.....	1079
2. RESOLUÇÃO Nº TRF2-RSP-2019/00091, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 – Dispõe sobre o exercício, no âmbito da 2ª Região, da competência da Justiça Federal delegada, em matéria previdenciária, nos termos das alterações promovidas pelo art. 3º da Lei 13.876, de 20 de setembro de 2019.....	1088
3. Resolução PRES TRF 3 Nº 429, DE 11 DE JUNHO DE 2021 – Dispõe sobre o exercício da competência delegada no âmbito da Justiça Federal da 3.ª Região, nos termos do disposto no art. 3.º da Lei n.º 13.876/2019.....	1091

4. PORTARIA TRF 4 N° 1351/2019 – Publica a Lista das Comarcas da Justiça Estadual com Competência Federal Delegada, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região 1097
5. ATO TRF 5 N° 480/2019 – Lista as comarcas estaduais que permanecem com a competência federal delegada para processamento e julgamento de causas de natureza previdenciária, conforme o disposto no inc. III, do art. 15, da Lei 5.010, de 30 de maio de 1966, com a redação dada pelo art. 3º, da Lei 13.876, de 20 de setembro de 2019 1100